

A contra-cautela

ROBERTO FERNANDES DE ALMEIDA
Advogado

SUMÁRIO: 1. Introdução, 1.1. Enfoque do tema; 2. Caução. Conceito e natureza jurídica, 2.1. A caução e os seus tipos; 3. A caução como contra-cautela, 3.1. Aspectos doutrinários, 3.2. Aspectos jurisprudenciais; 4. Conclusão; 5. Bibliografia.

1 — Introdução

1.1 — Enfoque do tema

O trato da questão em epígrafe tem por escopo precípuo levantar algumas considerações básicas acerca do instituto de direito processual da contra-cautela que, como é cediço, sinteticamente, na feliz definição do ilustre professor Humberto Theodoro Júnior, visa “a obviar o risco do uso abusivo das medidas cautelares **inaudita altera parte**”, impondo “ao autor que preste caução real ou fidejussória”, para “ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer” (in “Comentários ao C. P. Civil”, Forense, volume V, 1978, págs. 133/134).

Todavia, antes de adentrar nos meandros de tão importante instituto, é de mister tecer-se algumas considerações básicas acerca da natureza jurídica do próprio processo cautelar, de maneira a possibilitar o real enquadramento do instituto da contra-cautela como medida garantidora da “equiparação de interesses”, que nasce, na esteira do escólio do mestre Jacy de Assis, “da necessidade de tratamento igualitário às partes dentro da bilateralidade que é inerente ao processo contraditório” (in artigo denominado “Equiparação de Interesses”, publicado na Revista Brasileira de Direito Processual, volume 2, pág. 74).

Segundo a doutrina mais hodierna e abalizada, dúvida não há de que o processo cautelar é considerado um *tertium genus* dentro da sistemática de procedimentos, adotada pelo atual Código de Processo em vigor. Isto porque o processo cautelar, pelas suas características especialíssimas, não tem por objetivo fundamental solucionar a lide, solucionar o conflito de interesses que decorre de uma relação de direito material. Tampouco pode ser equiparado ao processo de execução, já que este colima a, desde logo, satisfazer a vontade do credor, que consiste, em última análise, na radical expropriação dos bens do devedor.

Dessa guisa, não sendo o processo cautelar meio correto para espantar incertezas no campo de direito material — posto que, como foi dito, não decide a própria relação de direito substantivo — e nem meio válido para a expropriação final de bens do devedor, em execução forçada, que tipo de gênero, então, teria tal processo cautelar?

A resposta para essa pergunta é relativamente fácil. Sabe-se, consoante o ensinamento dos praxistas, que o processo, abstratamente, é um caminho pragmático visando à composição da lide, por intermédio de uma relação jurídica vinculativa de direito público, cuja finalidade é uma decisão final — seja de mérito ou não — sobre a pretensão deduzida em juízo, por uma das partes ou pelas duas, concomitantemente (caso de reconvenção ou ação conexa ou contida). Piero Calamandrei, no seu fecundo e singular magistério, afirmou que o processo resume-se a uma série de atos coordenados, regulados pelo direito processual, através dos quais se leva a cabo o exercício da jurisdição.

Sucede, todavia, que, não raras vezes, no curso da testilha, antes da satisfação da pretensão deduzida em juízo pelo demandante vencedor, acontecem inúmeros incidentes, travestidos das mais variadas formas, que colocam em risco o próprio esforço empreendido pelo Judiciário para compor a lide (nascimento de uma situação de perigo), e, de conseguinte, prejudicando, reflexamente, a prestação final da tutela jurisdicional, reta e justa.

À vista dos citados incidentes — que dificultam, sobremaneira, a distribuição equânime da justiça — criou o legislador pátrio mecanismos processuais a fim de que o feito possa chegar a um bom termo, mesmo na hipótese de existência de perigo iminente, demora na solução do litígio ou na hipótese do uso de expedientes procrastinatórios por parte do eventual devedor, ou seja, gerou o legislador um procedimento específico para tutelar e proteger os outros dois tipos de processo — conhecimento e execução — com o fito de acautelar os sagrados interesses da justiça e dos litigantes, diante de eventuais ou imprevisíveis prejuízos, que, de uma forma ou de outra, possam surgir no transcorrer do processado.

Por outras palavras: o legislador houve por bem desenvolver um tipo de procedimento tendo por escopo prevenir e acautelar o processo de conhecimento e o de execução, assegurando, dessa forma, a obtenção de um resultado proveitoso, ao final do processo considerado como de fundo. Assim, consoante definição das mais usuais, o processo cautelar tem por finalidade imediata garantir a eficácia prática da providência definitiva, assegurando, dessa maneira, segundo o ensinamento do mestre Liebman, um resultado útil, quando por ocasião da definitiva entrega da tutela jurisdicional.

Neste sentido, e coerente com tal linha de raciocínio, à guisa de ilustração, nunca é demais trazer-se à colação a posição do professor Eliézer Rosa, que preconiza que “as medidas cautelares são cabíveis para acautelar o interesse das partes, diante do prejuízo da demora natural dos processos judiciais”.

De conseguinte, enfeixando o tema, fica evidente que o processo cautelar tem por objetivo acautelar o interesse de direito material das partes envolvidas, à vista de um perigo sobranceiro. Decorre, dessa forma, que, para o seu exercício, sempre que a hipótese comportar, poderá o litigante interessado, valer-se dos seus efeitos imediatos, que, aliados ao poder geral de cautela conferido ao juiz (artigo 798 do Código de Processo Civil), terão o condão de proteger o perigo iminente que ronda a providência definitiva (tutela jurisdicional) a ser entregue no processo considerado como principal. Em resumo, é o direito à pretensão

Não obstante tais fatos, se é certo que o processo cautelar pode (e deve) ser intentado para resguardar direitos ameaçados por fatores circunstanciais, não é menos certo que, dependendo do momento e de cada caso concreto, litigantes inescrupulosos tentarão valer-se dos efeitos assecuratórios que o processo cautelar enseja para fins escusos, em detrimento da justiça.

Isto porque, sendo o processo cautelar de natureza célere, prescindindo, até, dependendo da hipótese, no seu início, do contraditório — ocorrência, v.g., da concessão da medida cautelar de sustação de protesto sem a oitiva da parte contrária — aquele que litiga deliberadamente de má-fé disporá de terreno fértil para desenvolver expedientes pouco ortodoxos, para obstaculizar, ao máximo, o deslinde da lide, a exemplo do que ocorre com a interposição desordenada de recursos procrastinatórios, sem a menor fundamentação jurídica.

Paralelamente, tenha-se em mira que o requerido — réu no processo cautelar — sendo citado para a lide, poderá, também, de uma forma ou de outra, tornar a medida cautelar já concedida em medida ineficaz, valendo-se, por seu turno, de artifícios não recomendáveis, colocando, dessa maneira, em risco, repita-se, a finalidade assecuratória e preventiva da tutela cautelar, além de concorrer, evidentemente, para o descrédito do Judiciário.

E é precisamente neste contexto — concessão da medida prescindindo-se da manifestação da parte contrária — que surge a figura processual da contra-cautela.

Quando ocorrer a hipótese da concessão da medida cautelar **inaudita altera parte**, que, como é do conhecimento geral, importa na restrição momentânea do princípio do contraditório, o magistrado instrutor da causa deverá estar atento à própria finalidade preventiva da tutela cautelar e, conseqüentemente, ao deferir a medida, não poderá perder de vista que o demandante requerente poderá estar litigando de má-fé, ou, de outra parte, verificar o magistrado que o requerido, sendo citado, poderá tornar a medida ineficaz, a teor do artigo 804 do Código de Processo Civil em vigor.

Nesta óptica, em consonância com o que estatui o artigo supracitado, combinado com o artigo 797 do mesmo diploma processual, terá o juiz livre arbítrio para exigir a prestação de uma **caução**, que poderá ser real ou fidejussória, objetivando salvaguardar os interesses do requerido, porquanto este, em decorrência da concessão da medida sem a sua intervenção, não terá, em um primeiro momento, condições materiais de se opor à pretensão cautelar intentada e ao deferimento da própria medida, que decorre do pedido articulado na petição inicial, dando notícia de um perigo futuro.

Além disso, não se deve perder de vista que a prestação de caução poderá, por outro lado, dependendo do caso, objetivar, também, a defesa dos interesses do requerente da medida, porquanto o requerido, tão logo tome conhecimento da concessão da medida, poderá torná-la ineficaz. O requerente, prestando caução, ademais, demonstra a lisura e boa-fé do seu procedimento e, a final, quem efetivamente acaba lucrando com tudo isso é o próprio Judiciário, que fica, cada vez mais, fortalecido.

2 — Caução, conceito e natureza jurídica

2.1 — A caução e seus tipos

Delineados os parâmetros informativos básicos que norteiam a existência do instituto processual da contra-cautela, impõe-se, agora, conceituar-se o que se

entenda por caução e, principalmente, à vista da sua utilização como maneira de se contra-acaustelar a concessão da medida cautelar sem a oitiva da outra parte demandante. Antes, porém, convém esclarecer a origem do termo, à guisa de ilustração.

Etimologicamente, o vocábulo caução deriva do latim *cautione* e, consoante o magistério de Aurélio Buarque de Holanda, significa cautela, precaução, garantia, segurança, etc. (in "Novo Dicionário Aurélio"). O termo caução de conseqüente, traz em seu bojo a idéia concreta de prevenção, de segurança, de medida garantidora de alguma relação, que comumente é de direito, substantivo ou processual. É a caução, outrossim, considerada como meio genérico de garantia.

Em termos estritamente jurídicos, a caução pode ser real ou fidejussória, dependendo da hipótese. Diz-se caução real aquela que se funda em direitos reais de garantia, elencados no Código Civil Brasileiro, tais como, o penhor, a anticrese, o depósito em dinheiro, a hipoteca etc. Paralelamente, diz-se caução fidejussória aquela que se funda, precipuamente, em garantia pessoal, tal como acontece, v.g., com a fiança.

Não obstante, convém enfatizar que, consoante adverte o preclaro professor Humberto Theodoro Júnior (in obra citada anteriormente), não pode a caução ser considerada como instituto específico de direito processual, já que "sua presença se encontra, freqüentemente, nos mais variados ramos do direito e até sob a forma de cláusulas contratuais em negócios privados e públicos".

Nesta trilha, este é o motivo pelo qual existem, no nosso direito, as denominadas cauções legais, de natureza não cautelar, porquanto não prescindem de uma motivação senão comando de direito processual ou substantivo que ordena a sua prestação, na esteira do ensinamento do mestre Pontes de Miranda* e as cauções de caráter negocial, que, via de regra, estão jungidas, como garantia, ao fiel cumprimento de uma relação negocial (contrato).

O nosso vetusto Código Civil, monumento jurídico nacional, nos empresta alguns exemplos de caução legal, tais como, a caução por dano infecto (artigo 555), a caução do cônjuge varão no regime dotal (artigo 297), a caução do tutor para reforço de hipoteca legal (artigo 401) etc.

De maneira paralela, como já foi agitado, existe, também — e principalmente — a caução processual, como feição de garantia do processo, subdividindo-se em ações cautelares (ação de caução, encontrada nos artigos 829 e seguintes do Código de Processo Civil) e as cognominadas medidas incidentais necessárias, compreendendo a medida substitutiva de outra prestação cautelar (artigo 805 do Estatuto Processual) e, finalmente, como contra-cautela das medidas cautelares (artigo 804 do mesmo diploma), quando ocorrer o deferimento da aludida medida **inaudita altera parte**.

Abrindo um pequeno parêntese, evidentemente, o que nos interessa, mais concretamente, ao presente estudo, é, efetivamente, o instituto da contra-cautela, razão por que não é o caso de se alongar no estudo das outras cauções processuais.

Assim, fechando parêntese, impõe-se, a seguir, dissecar o capítulo referente ao instituto da contra-cautela.

3 — A caução como contra-cautela

3.1 — Aspectos doutrinários

3.2 — Aspectos jurisprudenciais

A caução como contra-cautela é uma feliz inovação do atual Código de Processo, eis que, na vigência do estatuto processual de 1939, não havia norma processual alguma impondo a sua aplicação nos casos de concessão de medida cautelar sem a audição do adversário.

Inobstante tal circunstância, já, àquela época, a jurisprudência, dentro das exíguas fronteiras infundidas pelo estatuto antecedente, começou a impor e convalidar a prestação da contra-cautela em certos casos (por exemplo, medida inonimada de sustação de protesto), como pressuposto fundamental de deferimento liminar da pretensão cautelar intentada. Veja-se, por curiosidade, a esse respeito, ementa extraída de acórdão prolatado pela Egrégia 5.^a Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada de São Paulo, inserto em RT 456/122, que estabeleceu que "o abuso dos pedidos de sustação, como meio de ganhar tempo para cobrir fundos bancários insuficientes, prolongando a mora sem sanção, fez com que os magistrados passassem a exigir o depósito prévio da quantia objetivada, como meio de cortar os excessos". Aliás, diga-se, tal acórdão, por didático, foi, inclusive, trazido à colação pelo mestre Galeno Lacerda, em seus "Comentários ao Código de Processo Civil".

Foi nesta perspectiva, assim, que o legislador de 1973, sensível aos fatos supramencionados, achou por bem normatizar, no vigente código, o instituto da contra-cautela, buscando, ainda, quem sabe, a par da oriental jurisprudencial que começava a ganhar corpo na época, motivação no direito argentino — artigo 199 do Código de Processo Civil Federal — e no direito alemão (§§ 921 e 936 do Z.P.O.). Esta novidade, é bom que se diga, recebeu calorosa acolhida por parte dos principais processualistas pátrios, à exceção do mestre Galeno Lacerda, que afirmou ser a contra-cautela inovação infeliz, porquanto a liminar "só é possível, mediante caução real ou fidejussória do requerente, criando uma situação muito difícil para o requerente de boa-fé" (in "Processo Cautelar", Revista Forense, 246/155).

Não obstante, a caução, como contra-cautela, apareceu no artigo 804 do atual estatuto processual, na modalidade de medida incidental, que, textualmente, assim estabelece, com a alteração imposta pela Lei n.º 5.925, de 1.º/10/73 (onde estava "caso em que determinará", referido diploma alterou para "caso em que poderá determinar", ocasião em que o legislador acolheu sugestão do professor Galeno Lacerda):

"Verbis"

Artigo 804 — "É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; **caso em que poderá determinar** que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido vir a sofrer" (grifou-se).

Conforme ilação meridiana que emerge da norma processual supra agitada, ela (a caução, real ou fidejussória), será, via de regra, exigida de maneira supletiva, não obrigatória — já que a sua imposição é facultativa, à vista de estar o verbo **poder** conjugado no futuro perfeito (...caso em que poderá...) — na hipótese de o juiz da causa conceder, **in limine litis**, a pretensão cautelar, sem ouvir, nesta fase processual, o requerido ou, então, após a eventual audiência prévia de justificação, em **summária cognitio**, convencer-se de que a medida há que ser deferida. Decorre, então, que, por ser a contra-cautela uma medida que é imposta a critério exclusivo

* PONTES DE MIRANDA — Comentários ao C.P. Civil, Vol. VIII, ed. 1967, p. 447.

do julgador, antes de qualquer intervenção do réu, assume ela um contorno de exigência cautelar *ex officio*, que deve ser temperada com uma dose excessiva de prudência e bom-senso. Referida garantia há que ser suficiente para cobrir posterior indenização, pouco importando que seja real ou fidejussória.

Nesta linha de raciocínio, pela leitura do artigo em exame, por não ser norma cogente, é inegável que o poder discricionário conferido ao magistrado de 1.º ou 2.º graus somente tem razão de ser quando ficar evidente, à primeira vista, de maneira perfunctória até, que deferida a medida **inaudita altera parte**, e sendo citado o réu, este poderá torná-la sem nenhum efeito prático, ou, por outras palavras, consoante obtempera o professor Humberto Theodoro Júnior, o deferimento da medida somente pode ser exercitado quando “a inegável urgência da medida e as circunstâncias de fato evidenciarem que a citação do réu poderá tornar ineficaz a providência definitiva” (in “Comentários ao C.P. Civil”, Forense, volume V, 1978, pág. 134).

Além disso, como já enfatizado, o requerido poderá, também, ser beneficiado, na medida em que o requerente, prestando caução **idônea**, demonstrará, insofismavelmente, sua boa-fé ao solicitar o adiantamento da prestação jurisdicional, o que servirá para obstar o uso indiscriminado das medidas assecurativas por parte daqueles que litigam, deliberadamente, por algum motivo inconfessável, de má-fé.

Em resumo: a par do agitado no último parágrafo supra, o fator básico que estabelece a exigência e aplicação da contra-cautela está intimamente ligado aos eventuais e previsíveis prejuízos que o requerido possa vir a sofrer após a concessão da medida, que sempre são sopesados pelo magistrado ao deferir a pretensão acauteladora, motivo pelo qual pode-se afirmar que a caução, nesta hipótese, sem a menor sombra de dúvida, tem um caráter garantidor de eventual ressarcimento **a posteriori**, à guisa de indenização, a teor do artigo 811 e seus incisos do CPC, por parte daquele que foi, em um primeiro instante, beneficiado com a decisão judicial concedendo a medida liminar, mas que, ao final do processo de conhecimento ou de execução, ficou constatado que o beneficiário da medida não detinha razão alguma.

Pela existência do instituto da contra-cautela, o magistrado pode sentir-se mais à vontade para deferir a medida liminar **inaudita altera parte**, sem colocar em risco o crédito outorgado ao Judiciário, posto que a garantia oferecida servirá para supedanear a pretensão cautelar concedida liminarmente. Não foi por outro motivo que o mestre Humberto Theodoro afirmou, com propriedade, que “a caução funciona como instrumento que facilita o deferimento da tutela cautelar naqueles casos em que se afirma duvidosa a situação de fato justificativa da ação cautelar. Graças à contra-cautela, o juiz pode ser mais liberal na aferição dos pressupostos do deferimento liminar da medida preventiva” (in obra citada, pág. 137).

Paralelamente, não se deve perder de vista que a imposição da caução como contra-cautela, somente deve ser aplicada nas pretensões cautelares que tenham cunho nitidamente patrimonial, porquanto, à evidência, não é nem ao menos razoável exigir-se a prestação de contra-cautela em processos carentes de reflexos patrimoniais, como é o caso, v.g., dos processos onde são discutidos direitos personalíssimos ou processos relativos ao estado das pessoas.

Tocante ao ponto que diz respeito à posição da jurisprudência no trato do tema ora em estudo, tem-se que esta, maciçamente está convergindo para a **imposição**, sem qualquer tipo de exceção da caução, como contra-cautela, sempre que houver necessidade de concessão de medida liminar sem a oitiva da parte contrária e sempre que a discussão cingir-se a aspectos de ordem patrimonial. Os exemplos

trazidos, a seguir, à colação — que dizem respeito a ações cautelares de cunho preparatório — assim atestam, salvo melhor juízo. Senão, observe-se, mais de espaço.

“MEDIDA CAUTELAR — SUSTAÇÃO DE PROTESTO — DEPÓSITO DO VALOR DO TÍTULO — CAUÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA — CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTS. 804 E 827.

O artigo 804 do Código de Processo Civil autoriza o juiz a exigir caução real ou fidejussória, no caso de sustação liminar, para ressarcir eventuais danos que o requerido possa vir a sofrer. Sob tal aspecto o que prepondera é o *arbitrium boni viri* do juiz”. (Mandado de Segurança n.º 229.697 — Capital — Impetrante: Malharia Lusani Ltda. — Impetrado: Meritíssimo Juiz de Direito da 14.ª Vara Cível da Capital — Rel.: Juiz Toledo Piza — j. em 16/3/1977 — 1.º TACSP — grifou-se.)

“MEDIDA CAUTELAR — SUSTAÇÃO DE PROTESTO — DEPÓSITO DO VALOR DO TÍTULO — CAUÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA — CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTS. 797 E 804.

O despacho que exige o depósito para sustação de protesto tem assento nos dispositivos do novo Código de Processo que **autoriza o magistrado a exigir prévia caução para conceder providência cautelar sem ouvir a parte contrária.**”

(Mandado de Segurança n.º 204.889 — Capital — Impetrante: Publicar S/A Painéis, Placas e Publicidade — Impetrado: MM. Juiz de Direito da 22.ª Vara Cível da Capital — Rel.: Juiz Sylvio do Amaral — j. em 2/10/1974 — 1.º TACSP — grifou-se.)

“MEDIDA CAUTELAR — SUSTAÇÃO DE PROTESTO — LIMINAR — CAUÇÃO — FINANCIAMENTO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — MANDADO DE SEGURANÇA.

É lícito ao Juiz conceder **liminarmente a medida cautelar, condicionando-a, porém, à prestação de caução real ou fidejussória** de ressarcir os danos advindos da concessão. A solução foi deixada ao prudente critério do juiz e o propósito é ressaltar o requerido do prejuízo que venha a sofrer com a medida.”

(Mandado de Segurança n.º 230.819 — Capital — Impetrante: Arrenda S/A — Impetrado: MM. Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível da Capital — Rel.: Juiz Octávio Stucchi — j. em 18/5/1977 — 1.º TACSP — grifou-se.)

4 — Conclusão

Pelo retro expendido neste modesto trabalho, chega-se à inelutável conclusão de que:

1. A inserção do instituto processual da contra-cautela, no código de processo vigente, pelo legislador de 1973, é motivo de efusivos encômios, pois veio a preencher uma lacuna importante no ordenamento processual pátrio.

2. A contra-cautela concorre, sobremaneira, para estabilizar e agilizar o processo cautelar, podendo-se afirmar, sem margem de erro, que este instituto acautela a concessão da própria medida cautelar sem a oitiva da parte contrária, dando, de consequente, maior flexibilidade às decisões, **in limine litis**, proferidas pelos nossos julgadores.

3. A contra-cautela deve, sempre, ser imposta pelo julgador na hipótese do

deferimento da pretensão cautelar **inaudita altera parte**, inobstante não ser a norma estampada no artigo 804 de caráter cogente (norma que não admite convenção em contrário).

Bibliografia

1. ASSIS, JACY — **Equiparação de Interesses**, Revista Brasileira de Direito Processual, volume n.º 02.
2. CAMPOS, RONALDO CUNHA — **Comentário**, Revista Brasileira de Direito Processual, volume n.º 04.
3. COSTA, LOPES DA — **Medidas Preventivas**, Editora Livraria Bernardo Álvares, 1958, 2.ª edição.
4. JÚNIOR, HUMBERTO THEODORO — **Processo Cautelar**, 1.ª edição, Forense.
5. JÚNIOR, HUMBERTO THEODORO — **Comentários ao Código de Processo Civil de 1973**, Forense, 1978, volume V.
6. **Jurisprudência Brasileira — Medidas Cautelares**, volume n.º 02, segunda edição, 1978, Juruá Editora.
7. LACERDA, GALENO — **Comentários ao Código de Processo Civil de 1973**, Forense, 1980.
8. MARQUES, JOSÉ FREDERICO — **Manual do Direito Processual Civil**, Saraiva, 2.ª edição.
9. MIRANDA, FRANCISCO CAVALCANTI PONTES — **Comentários ao Código de Processo Civil**, Forense, 1976, tomo XII.
10. MIRANDA, FRANCISCO CAVALCANTI PONTES — **Comentários ao Código de Processo Civil de 1939**, Forense, 1959, 2.ª edição, tomo VIII.
11. PODETTI, J. RAMIRO — **Tratado de las Medidas Cautelares**, Ediar, 2.ª edição, 1969.
12. PODETTI, J. RAMIRO — **Las Medidas Cautelares y el Embargo Preventivo de los Fructos de la Cosa Litigiosa**, Revista de Derecho Procesal, volume n.º 02.
13. REIS, JOSÉ ALBERTO DOS — **A Figura do Processo Cautelar**, Lisboa, 1947.
14. Revista dos Tribunais.
15. ROSENBERG, LEO — **Tratado do Derecho Procesal Civil**, trad. ANGELA ROMERA VERA, EJE, Buenos Aires, 1955, vol. III.
16. SANCHEZ, SIDNEY — **Poder Cautelar Geral do Juiz**, Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
17. SILVA, JOÃO CARLOS PESTANA DE AGUIAR — **Síntese Informativa do Processo Cautelar**, Revista Forense, volume n.º 247.
18. SILVA, OVIDIO A. BAPTISTA DA — **As Ações Cautelares e o Novo Processo Civil**, Forense, 3.ª edição, 1981.